

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL
PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2018

DENOMINAÇÃO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO

MORADA Rua do Mosteiro

N. 256 ANDAR LOCALIDADE Vilarinho

FREGUESIA Vilarinho

CONCELHO Santo Tirso

COD. POSTAL 4795-813

EM ____/____/____



(Assinatura do Contabilista Certificado)


A DIREÇÃO

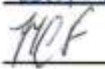
APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL


DATA: Vilarinho _____, _____

Vilarinho _____, _____

ASSINATURAS







ASSINATURA DO PRESIDENTE



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte : 506005429
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2 675,86	3 847,94
Ativos intangíveis	5	356,19	569,90
Investimentos financeiros	11.1	620,93	412,82
		3 652,98	4 830,66
Activo corrente			
Inventários	6	458,39	317,56
Créditos a receber	11.2	5 705,50	6 309,00
Estado e outros entes públicos	11.8	1 133,70	598,09
Diferimentos	11.4	4 841,76	2 170,62
Outros ativos correntes	11.3	4 023,05	4 607,30
Caixa e depósitos bancários	11.5	141 141,46	150 408,64
		157 303,86	164 411,21
Total do ativo		160 956,84	169 241,87
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.6	2 750,00	2 750,00
Resultados transitados	11.6	68 413,91	64 902,45
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	75 000,00	75 000,00
		146 163,91	142 652,45
Resultado líquido do período		-6 497,01	3 511,46
Total dos fundos patrimoniais		139 666,90	146 163,91
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	950,18	5 199,15
Estado e outros entes públicos	11.8	2 941,77	2 435,84
Outros passivos correntes	11.9	17 397,99	15 442,97
		21 289,94	23 077,96
Total do passivo		21 289,94	23 077,96
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		160 956,84	169 241,87

A Direção


kita
HCF
Mete

Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte 506005429

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	7	93 703,50	95 355,60
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.10	79 116,13	75 857,82
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-28 429,55	-24 776,49
Fornecimentos e serviços externos	11.11	-32 660,60	-33 556,65
Gastos com o pessoal	9	-120 571,56	-110 538,06
Outros rendimentos	11.12/11.1	4 186,31	3 245,06
Outros gastos	11.13	-455,45	-972,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-5 111,22	4 614,35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-1 385,79	-1 102,89
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-6 497,01	3 511,46
Resultados antes de impostos		-6 497,01	3 511,46
Resultado líquido do período		-6 497,01	3 511,46

A Direção

Contabilista Certificado


 Vitor
 HCP
 M&S



Entidade: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 506005429
 Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro Dia	SAD	PERÍODOS	
				2018	2017
Vendas e serviços prestados	3	44 366,09	50 932,56	60 703,20	65 355,69
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/9	-47 740,99	-101 323,12	-149 073,11	-155 410,55
Resultado Bruto		-13 384,90	-11 087,62	-28 371,64	-40 054,86
Outros Rendimentos	8/11 10/11 11/11 14	25 075,57	48 226,87	81 802,44	81 882,88
Gastos Administrativos	4/5/11 11	-10 091,82	-23 780,57	-33 072,49	-34 503,54
Outros Gastos	11 13	-136,04	-118,84	-455,45	-692,91
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 303,52	-7 669,15	-6 697,01	3 311,36
Resultado antes de impostos		1 303,52	-7 669,15	-6 697,01	3 311,36
Resultado líquido do período		1 303,52	-7 669,15	-6 697,01	3 311,36

Handwritten signatures and initials in blue ink:
 - Top signature: *Handwritten signature*
 - Middle signature: *Handwritten signature*
 - Bottom initials: *MEF*
 - Far right initials: *Handwritten initials*

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		94 307,00	98 543,00
Pagamentos de apoios		0,00	-50,00
Pagamentos a fornecedores		-55 545,94	-50 052,89
Pagamentos ao pessoal		-81 463,85	-74 928,95
Outros recebimentos/pagamentos	Caixa gerada pelas operações	-42 702,79	-26 488,84
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	27 980,48	24 281,10
		-14 722,31	-2 207,74
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 767,50	-2 048,93
Ativos intangíveis		0,00	-641,14
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		55,14	478,84
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-2 712,36	-2 211,23
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		8 192,17	13 239,13
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-24,68	-17,68
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	8 167,49	13 221,45
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		-9 267,18	8 802,48
Caixa e seus equivalentes no início do período		150 408,64	141 606,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período		141 141,46	150 408,64

A Direção

Contabilista Certificado


Rita
HEF
JFEB



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO

**Anexo
Demonstrações Financeiras
2018**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Ativos Fixos Tangíveis	11
5	Ativos Intangíveis	12
6	Inventários	12
7	Rédito	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
9	Benefícios dos empregados	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
11	Outras Informações	14
11.1	Investimentos Financeiros	14
11.2	Créditos a receber	14
11.3	Outros ativos correntes	15
11.4	Diferimentos	15
11.5	Caixa e Depósitos Bancários	15
11.6	Fundos Patrimoniais	15
11.7	Fornecedores	15
11.8	Estado e Outros Entes Públicos	16
11.9	Outros passivos correntes	16
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração	16
11.11	Fornecimentos e serviços externos	16
11.12	Outros rendimentos	17
11.13	Outros gastos	17
11.14	Resultados Financeiros	17
11.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	17
11.16	Acontecimentos após data de Balanço	18

P. Vilarinho
HEF
afcs

1 Identificação da Entidade

O "CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO" é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", registada na Direção-Geral da Ação Social no livro nº 6 das Fundações de Solidariedade Social com o nº 25/2002, fls.77 verso e 78 em 12/04/2002, com a sua sede na Rua do Mosteiro, nº 256, Vilarinho – Santo Tirso.

Tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos num espírito de solidariedade humana, social e cristã;
- Aperfeiçoamento cultural, espiritual e moral de todos os paroquianos;
- Espírito de convivência e de solidariedade social como fator decisivo do trabalho comum, tendente à valorização integral dos indivíduos, das famílias e demais agrupamentos da comunidade paroquial;
- Proporcionar, com respeito pela liberdade de consciência, formação cristã aos seus utentes e não permitir qualquer atividade que se oponha aos princípios cristãos.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).



3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.



3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.



3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.





3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3



3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.



Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

RM
kitar
HEP
Qest

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.




3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.



Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.




3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e as alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Equipamento Básico	39.872,44				39.872,44
Equipamento de Transporte	100.197,24				100.197,24
Equipamento Administrativo	834,10				834,10
Equipamento Informático	2.553,81				2.553,81
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.091,36				1.091,36
Ativo Tangível Bruto	144.548,95	0,00	0,00	0,00	144.548,95
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	37.687,21	836,99			38.524,20
Equipamento de Transporte	100.197,24				100.197,24
Equipamento Administrativo	834,10				834,10
Equipamento Informático	1.800,57	153,20			1.953,77
Outros Ativos Fixos Tangíveis	181,89	181,89			363,78
Depreciações Acumuladas	140.701,01	1.172,08			141.873,09
Ativo Tangível Líquido	3.847,94	-1.172,08	0,00	0,00	2.675,86

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 Lita
 HCF
 CKB

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e 2017, mostrando adições, abates e alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Programas de computador	1.271,14				1.271,14
Ativo Intangível Bruto	1.271,14	0,00	0,00	0,00	1.271,14
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	701,24	213,71			914,95
Depreciações Acumuladas	701,24	213,71	0,00	0,00	914,95
Ativo Intangível Líquido	569,90	-213,71	0,00	0,00	356,19

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	89,20	15.470,76	9.534,09	317,56	15.824,59	12.745,79	458,39
Total	89,20	15.470,76	9.534,09	317,56	15.824,59	12.745,79	458,39
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				24.776,49			28.429,55

7 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços	93.703,50	95.355,60
Quotas de utilizadores	93.703,50	95.355,60
Outros Réditos	55,14	478,84
Juros e rendimentos aplicações financeiras	55,14	478,84
Total	93.758,64	95.834,44

Luciana
MCF
afca

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2018			31-12-2017		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	58.178,17	0,00	0,00	53.049,60
C M Santo Tirso	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00
TOTAL		0,00	0,00	58.178,17	0,00	0,00	53.084,60

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram de "8". Durante o período de 2018 mantiveram-se os Órgãos nomeados para o quadriénio 2016-2019, que têm a seguinte composição:

Direção

Presidente – Pe. Felisberto Domingos Alves Capela;
Vice-Presidente – Victor Diogo da Cunha Ribeiro;
Secretário – Soraia Luciana da Costa Malheiro;
Tesoureiro – Idalino Martinho da Costa Ferreira;
Vogal – Manuel Fernando Carneiro da Cunha.

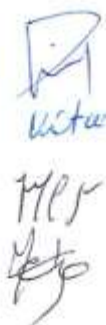
Conselho Fiscal

Presidente – Amaro Machado Pontes;
Vogal – Henrique Fernando Teixeira dos Santos;
Vogal – Pedro Jorge Teles de Sousa.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2018 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
1	Motorista	250

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foram "10" e em 31/12/2018 foram "11".



Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	96.491,82	88.204,63
Indemnizações	189,47	0,00
Encargos sobre as Remunerações	21.534,93	19.683,83
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.446,37	1.309,81
Outros Gastos com o Pessoal	908,97	1.339,79
Total	120.571,56	110.538,06

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Cooperativa Elétrica de Vilarinho	50,00	50,00
FCT – Fundo Compensação Trabalho	570,93	362,82
Total	620,93	412,82

11.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	5.705,50	6.309,00
Total	5.705,50	6.309,00

Handwritten notes:
 [Signature]
 Kitar
 HCF
 [Signature]

11.3 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos a fornecedores	45,00	629,25
Entidades do Setor Publico Administrativo - IEFP	3.978,05	3.978,05
Total	4.023,05	4.607,30

11.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.095,88	1.033,49
Outras despesas com custo diferido	3.745,88	1.137,13
Total	4.841,76	2.170,62

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	306,10	4,23
Depósitos à ordem	18.638,76	28.213,25
Depósitos a prazo	122.196,60	122.191,16
Total	141.141,46	150.408,64

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2.750,00	0,00	0,00	2.750,00
Resultados transitados	64.902,45	3.511,46	0,00	68.413,91
Outras variações nos fundos patrimoniais	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00
Total	142.652,45	3.511,46	0,00	146.163,91

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	950,18	5.199,15
Total	950,18	5.199,15

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.133,70	598,09
Total	1.133,70	598,09
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	375,00	255,00
Segurança Social	2.546,93	2.161,25
Fundo Compensação Trabalho	19,84	19,59
Total	2.941,77	2.435,84

11.9 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	17.397,99	0,00	15.442,97
Total	0,00	17.397,99	0,00	15.442,97

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios das Entidades Públicas	58.178,17	53.084,60
Doações e heranças – Donativos	20.937,96	22.773,22
Total	79.116,13	75.857,82

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

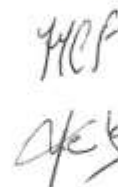
Descrição	2018	2017
Subcontratos	74,00	96,00
Serviços especializados	8.594,43	10.099,76
Materiais	740,52	672,02
Energia e fluidos	12.970,39	12.011,34
Serviços diversos	9.986,62	10.539,30
Encargos com utentes	294,64	138,23
Total	32.660,60	33.556,65



11.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Outros rendimentos	4.131,17	2.766,22
Rendimentos suplementares	3.970,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,32	4,95
Outros	160,85	2.761,27
Juros e rendimentos similares	55,14	478,84
Juros obtidos	55,14	478,84
Total	4.186,31	3.245,06



11.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	343,19	238,06
Outros Gastos	112,26	734,87
Total	455,45	972,93

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	55,14	478,84
Total	55,14	478,84
Resultados Financeiros	55,14	478,84

11.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2018, foi o seguinte:

Centro de Dia – 16 utentes;

Serviço Apoio Domiciliário – 21 utentes.

11.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vilarinho, 31 de Dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



A Direção



Vitar
MEF
GFB